As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm as seguintes destinações:

	2019	2018
Mercado externo:		
América do Norte	-	35.440
América do Sul	134.053	-
Europa	4.842.737	3.325.206
Ásia	185.013	99.207
	5.161.803	3.459.853
Mercado interno:	859.873	747.454
Partes relacionadas	6.021.676	4.207.307

c. Custo dos produtos vendidos e serviços	**2019**	**2018**
Custos fixos		
Pessoal	(197.593)	(121.645)
Material	(120.661)	(68.166)
Depreciação	(398.850)	(271.191)
Outros	(225.162)	(1.799)
	(942.266)	(462.801)
Custos variáveis	(3.994.449)	(3.079.308)
Excedente dos custos fixos por redução da produção (*i*)	(210.779)	(480.685)
Custo dos produtos vendidos e serviços	(5.147.494)	(4.022.794)

(i) Os custos fixos são alocados baseados na capacidade normal de produção. Desta forma, em função do corte de produção ocorrido a partir de março de 2018, os valores dos custos fixos não alocados aos produtos em função de ociosidade foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que foram incorridos, no montante de R$210.779 (R$480.685 em 2018).

19. Receitas (despesas) operacionais

	2019	2018
Com vendas e comerciais		
Partes relacionadas	(2.958)	(11.136)
Carga e descarga	(62.945)	(55.073)
Outras	(29.281)	(24.479)
	(95.184)	(90.688)
Gerais e administrativas		
Pessoal	(12.999)	(7.556)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(38.887)	(24.934)
Propaganda e publicidade	(304)	(282)
Despesas de viagem	(388)	(359)
Aluguéis e tributos	(1.217)	(908)
Partes relacionadas	(11.208)	(12.772)
Depreciação e amortização	(9.746)	(7.846)
Outras	(3.224)	(1.743)
Remuneração dos administradores	(2.907)	(1.472)
	(80.880)	(57.872)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Partes relacionadas - serviços prestados	(132.088)	(144.753)
Licenciamentos Operacionais	(16.535)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(31.070)	(34.300)
Projetos de meio ambiente em desenvolvimento	(22.775)	-
Revisão créditos tributários	4.723	(8.942)
Despesas decorrentes do corte de produção (*i*)	(26.303)	(116.120)
Provisão de gastos com termos de ajuste de conduta (*ii*)	(35.455)	(261.392)
Revisão de vida útil depreciação	-	-
Baixa de ativos	(18.846)	(1.170)
Ajuste de inventário	(17)	(121)
Reintegra incentivo - Lei nº 7633	4.979	44.012
Recuperação com sinistro	-	145
Provisão para perda de valor recuperável	(1.317)	(5.098)
Provisão para processos cíveis e tributários	(8.281)	(86.566)
Provisão para obsolescência	1.174	(1.438)
Outras despesas operacionais	(10.950)	(11.825)
	(292.761)	(627.568)
Despesas operacionais	(468.825)	(776.128)

(i) Despesas excepcionais em virtude da determinação judicial para o corte de produção em 50%. Refere-se a gastos com ações emergenciais. (ii) Valores relativos aos gastos ao termo de ajustamento de conduta e ao termo de conduta assinados em 2018 (Nota Explicativa nº 17).

20. Resultado financeiro	**2019**	**2018**
Despesas financeiras		
Encargos empréstimos e financiamentos:		
Internos	(117.971)	(68.144)
Leasing	(56.985)	(33.211)
IOF	(885)	(519)
Multas/juros por infrações	-	(52.184)
Parte relacionada	(16.959)	(18.658)
Variações monetárias e cambiais passivas	(382.540)	(664.623)
Outras	(1.693)	(545)
	(577.033)	(837.884)
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	6.942	1.643
Variações monetárias e cambiais ativas	182.002	169.391
Outras	15	112
	188.959	171.146
Resultado financeiro, líquido	(388.074)	(666.738)

Os impactos das variações cambiais negativas no exercício de 2019 e 2018 se deu principalmente pelo maior endividamento nesse exercício, considerando que as principais transações da Companhia ocorrem na moeda US$ e envolvem empréstimos. **21. Eventos subsequentes:** A Companhia assinou em 17 de janeiro de 2020 um termo de compromisso junto à Prefeitura de Barcarena no Montante de R$30.000 para a construção de uma Unidade de Triagem de Resíduos Sólidos (UT) e posterior doação ao município de Barcarena. Este termo de compromisso também foi estabelecido em conjunto com o Estado do Pará, a CODEC e a Secretaria de Obras Publicas para alocação de parte do recurso do TC assinado em 2018.

Carlos Eduardo Neves
Diretor Executivo

Júlio Cézar Vicentin
Diretor

Carlos Antonio Vionet Correia Junior
Contador - CRC: RJ 117057/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A. -** Barcarena - Pará **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alumina do Norte do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para as Notas Explicativas n° 1 e n° 9 às demonstrações financeiras, que indicam que parte substancial das operações da Companhia são efetuadas com partes relacionadas. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Thiago Ferreira Nunes
Contador - CRC RJ-112066/O-0